

GRU AIRPORT

AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO

Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.

CNPJ 15.578.569/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - GRU Airport

A Administração da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. ("Companhia" ou "GRU Airport" ou "Aeroporto" ou "Concessionária" ou "GRU") apresenta a edição anual do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras em conjunto com o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras, e o parecer do Conselho Fiscal referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. As Demonstrações Financeiras do ano de 2022 estão de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), aplicáveis às operações da Companhia. Todas as comparações realizadas neste relatório consideram dados realizados do exercício de 2022 e todos os valores estão em milhões de reais (R\$) e em valores nominais, exceto quando indicado.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezado acionista,
O ano de 2022 foi um ano de recuperação com a remoção das restrições de viagem e dos requisitos de quarentena para viajantes vacinados para a aviação, em geral, e para GRU Airport em particular. A demanda global de passageiros, segundo a ACI World, terminou o ano de 2022 em 72% dos níveis processados de passageiros de 2019, e ainda, pode-se observar que a demanda global de passageiros por segmento de mercado apresenta variações distintas. O número global de passageiros internacionais terminou o ano em 60% dos níveis de 2019, enquanto o doméstico terminou em 79%. A América do Sul apresentou uma recuperação em 2022 acima da média global, 90,2% em relação ao ano de 2019, enquanto o Brasil apresentou recuperação de 84,5%. O comprometimento, engajamento e esforços empreendidos pela Administração para mitigar as perdas e superar os desafios permitiu alcançar os números apresentados. Nesse contexto, GRU Airport se destacou entre os aeroportos da América do Sul, com recuperação acima da média, 80,2% em relação ao ano de 2019 e aumento da participação de mercado em 6,8 pontos percentuais, se consolidando como o maior aeroporto da região. Um dos principais fatores de mitigação de perdas ocasionadas pela queda do número de passageiros e movimentos de aeronaves foi o negócio de cargas internacionais que se apresentou mais resiliente que os demais, com uma contribuição positiva para o resultado anual e aumento do volume de cargas de 8,3% em relação ao ano de 2019. O Aeroporto demonstra em números o seu potencial operacional, como *Hub* na América do Sul e principal polo de distribuição de voos do país com 53 destinos internacionais e 54 domésticos. Em relação à operação de cargas aeroportuárias, GRU demonstrou sua resiliência e o Aeroporto movimentou 36%¹ das importações/exportações por via aérea no país em 2022 face aos 34%¹ das importações/exportações movimentadas em 2021. Os armazéns do Aeroporto de Guarulhos estão localizados estrategicamente próximos às principais rodovias do estado de São Paulo, o que facilita a conexão rodoviária com o litoral, o interior do Estado de São Paulo e outros Estados. O Aeroporto se consolidou mais um ano como importante parceiro das companhias aéreas, sendo o principal *hub* para a malha essencial de duas das três principais empresas aéreas do Brasil: Latam e Gol. Em 2022, GRU foi responsável por 68,3%² de embarques e desembarques internacionais do Brasil e por 14,1%² dos domésticos. Em termos financeiros, a receita líquida ajustada apresentou acréscimo de 45,6% e os custos e despesas operacionais ajustados, apresentaram um aumento de 145,7% em relação ao ano de 2021 decorrente principalmente da reavaliação dos riscos relacionados ao PECLD, encerrando o ano com margem EBITDA de 96,4%, variação decorrente do efeito do reconhecimento do reequilíbrio COVID-19 no resultado.

¹ Cargas Paga e Correo (kg): envios + recebimentos e a origem da informação é <https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/dados-e-estatisticas/mercado-de-transporte-aereo/consulta-iterativa>
² <https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/dados-e-estatisticas/mercado-de-transporte-aereo/consulta-iterativa/demanda-e-oferta-origem-destino>

DESTAQUES COMERCIAIS E OPERACIONAIS

Em 2022, o GRU Airport alcançou 34,5 milhões de passageiros processados, um crescimento de 42,6% em relação ao ano de 2021, apesar dos desafios decorrentes principalmente da segunda onda da pandemia COVID-19. Este resultado é consequência da recuperação no seguimento doméstico, iniciada no final de janeiro de 2021, devido a maior procura por destinos de lazer, principalmente na região Nordeste, com destaque para Recife, Salvador, Fortaleza e Maceió e na região Sul, destaque para Porto Alegre.

NEGÓCIOS NÃO AÉREOS

Em relação aos negócios não aéreos, em 2022, cabe destacar o aumento de 3% no número de estabelecimentos comerciais entre as operações de varejo e alimentação face ao mesmo período de 2021. Conforme contrato de concessão nº 002/ANAC/2012-SBGR - EDITAL N. 002/2011 TERMO ADITIVO Nº 005/2020 a prestação de serviços auxiliares ao transporte aéreo que não sejam remunerados por Recaudas Tarifárias poderá ser realizada diretamente pela Concessionária, adotando contabilidade separada para cada uma das atividades exploradas, segundo as normas contábeis vigentes.

ESTRUTURA SOCIETÁRIA

A Companhia tem como acionistas o Aeroporto de Guarulhos Participações S.A., com 51%, e a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, com 49%. O Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. tem como acionistas a INVEPAR com 80% e a ACSA (Airports Company South Africa) com 20%. A INVEPAR é uma holding de infraestrutura de transporte, atuando nos segmentos de Aeroportos, Mobilidade Urbana e Rodovias desde os anos 2000. O Portfólio atual é composto por 7 concessões, incluindo 5 rodovias e o Aeroporto Internacional de Guarulhos. A INFRAERO¹ é uma empresa pública federal brasileira de administração indireta vinculada ao Ministério de Infraestrutura, com mais de 40 anos de experiência no setor e está entre as maiores operadoras aeroportuárias do mundo. Detém, ainda, participação acionária de 49% nos aeroportos de Guarulhos (SP), Viracopos (SP), Brasília (DF), Confins (MG) e Galeão (RJ). A "Airports Company South Africa" (ACSA)² é uma empresa sul-africana que opera concessões de aeroportos e administra uma rede de nove aeroportos na África do Sul, incluindo as três principais portas internacionais da O.R. Tambo International, Cape Town International e King Shaka International Airports.

¹ <https://transparencia.infraero.gov.br/sobre-a-infraero/>
² <https://www.airports.co.za/about-us/airports-company/profile>

ANÁLISE DO SETOR AEROPORTUÁRIO BRASILEIRO

Segundo dados da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), foram transportados, em voos domésticos e internacionais, 179,8 milhões de passageiros em 2022, um aumento de 38,4% em relação ao ano anterior. No segmento doméstico, 164,5 milhões de passageiros foram transportados em 2022, um aumento de 31,4% em relação a 2021. Já o segmento internacional, depois da queda em 2020 e 2021, atingiu 223,2% da demanda em relação ao ano anterior. No total foram transportados 15,4 milhões de passageiros em 2022.

¹ <https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/dados-e-estatisticas/mercado-de-transporte-aereo/consulta-iterativa/demanda-e-oferta-origem-destino>

PERFIL DO NEGÓCIO

Consolidando sua posição no setor aeroportuário, GRU Airport permanece como aeroporto referência na América Latina, tendo atingido 10,8 milhões dos passageiros internacionais transportados dentro do mercado brasileiro em 2022. Durante a pandemia, o Aeroporto tem servido como a principal porta de entrada e de saída de passageiros internacionais e um importante canal de chegada de carga importada e de escoamento de carga de exportação. Dessa forma, a crise da pandemia consolidou o papel de *hub* internacional mais próximo do principal centro populacional e de negócios do país, e vem se destacando como o *hub* da América Latina, conectando os diversos estados brasileiros e países da América do Sul com as demais partes do mundo, com destaque para as rotas da América do Sul (Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil, Argentina, Colômbia, Bolívia, Chile, Peru, Paraguai e Uruguai), para Europa e África.

CORONAVÍRUS (COVID-19)

Efeitos da pandemia do COVID-19

Em 2022, podemos observar uma melhora no cenário em relação à diminuição de casos de contaminação no país, refletindo no melhor desempenho operacional em relação ao exercício do ano anterior impactado pela segunda onda de contaminação no primeiro semestre de 2021. Embora ainda seja observado os efeitos da pandemia do COVID-19 na recuperação da demanda, inclusive global, em relação ao ano de 2019, o cenário de 2022 é positivo comparado aos anos de 2020 e 2021.

Nos exercícios finais em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Concessionária apresentou o seguinte desempenho operacional.

GRU Airport	2022	2021	Δ %
Passageiros total (Mil)	34.479	24.172	42,6%
Movimento total de Aeronaves	242.882	188.573	28,8%
Carga total (Toneladas)*	311.150	328.827	-5,4%
*Volume total de cargas faturadas. Entretanto, os números ainda estão aquém do desempenho pré-COVID 19, com exceção de carga:			
GRU Airport	2022	2019	Δ %
Passageiros total (Mil)	34.479	43.002	-19,8%
Movimento total de Aeronaves	242.882	291.987	-16,8%
Carga total (Toneladas)*	311.150	287.395	8,3%
*Volume total de cargas faturadas.			

PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS

Desempenho Operacional	2022	2021	Var. %
Nº Total de Passageiros incluindo conexões⁽¹⁾ (Milhões)	34,5	24,2	42,6%
Nº Total de Passageiros Internacionais (MM)	10,8	3,7	192,0%
Nº Total de Passageiros Domésticos (MM)	23,6	20,5	15,6%
Movimentação de Aeronaves (MTA) Total Mil	242,9	188,6	28,8%
MTA Internacional (Mil)	59,3	31,5	88,3%
MTA Doméstico (Mil)	183,6	157,1	16,9%
Cargas Faturada (mil tons)	311,1	328,8	-5,4%
Importação Desemb. (mil tons)	162,5	160,9	1,0%
Exportação Emb. (mil tons)	148,7	167,9	-11,5%
Companhias Aéreas⁽²⁾	30	31	-3,2%
Destinos	107	93	15,1%
Vagas de Estacionamento⁽³⁾	8.761	9.202	-4,8%
Estabelecimentos Comerciais	310	300	3,3%

⁽¹⁾ Considerado volume de passageiros processados

⁽²⁾ Considera apenas as companhias aéreas que realizaram voos regulares

⁽³⁾ Vagas para passageiros, incluindo vagas para motocicletas.

¹ <http://www.anac.gov.br>

TOTAL DE PASSAGEIROS

O ano de 2022 se iniciou com 2,9 milhões de passageiros em janeiro, uma redução de 15,6% em relação a janeiro-2019, mas um sinal positivo de recuperação de 11,0% vs janeiro-2021, o que apresentou crescimento de demanda depois de um ano com ondas de pandemia. No total de 2022, foram registrados 34,5 milhões de passageiros, entre embarques e desembarques, o que representa aumento de 42,6% do que foi transportado em 2021. Desse total, 23,6 milhões são passageiros de voos domésticos e 10,8 milhões são passageiros de voos internacionais. O segmento doméstico apresentou queda de 16,3% na movimentação de passageiros em relação a 2019, e um crescimento de 15,6% em relação a 2021. Os voos domésticos estão apresentando oscilação de *load factor*, embora altos com uma média anual de 78,8%, devido ao aumento dos preços das passagens. No último mês do ano, foram servidos 54 destinos domésticos regulares no Brasil, o que já é superior ao período pré-pandemia, sendo novamente um sinal da robustez do Aeroporto e da sua função de *hub*. A movimentação de passageiros internacionais apresentou queda de 26,7% em relação a 2019 e aumento de 15,6% em relação a 2021, uma vez que as fronteiras dos países foram abrindo paulatinamente. As companhias aéreas internacionais estão retomando suas operações gradualmente e consolidando as operações dos seus principais *hubs* para serem mais resilientes às flutuações de demanda. A movimentação de passageiros em dezembro-2022 representou 89,7% do realizado em 2019 e 148,0% do realizado em 2021. As regiões que mais recuperaram passageiros ao longo de 2022 foram a América Central e a Ásia, esse último devido à alta demanda de passageiros para participação na Copa do Mundo 2022. A demanda em dezembro-2022 para estes continentes foi, respectivamente, de 171,0% e 96,0% em relação ao mesmo período em 2019. A América do Norte, América do Sul e Europa fecharam o último mês do ano com 85,0%, 87,0% e 94,0% da demanda em relação a dezembro-2019, respectivamente.

Região	2019	2021	2022	22 vs 19	22 vs 21
América Central e Caribe	571	333	571	0,0%	71,5%
Oriente Médio	563	344	813	44,5%	136,4%
América do Norte	3606	1028	2642	-26,7%	157,0%
Europa	4292	1161	3462	-19,3%	198,2%
América do Sul	5210	686	3213	-38,3%	368,4%
África	522	43	126	-75,8%	193,4%
Internacional	14764	3595	10828	-26,7%	201,2%

MOVIMENTAÇÃO DE AERONAVES

Em 2022, 242,9 mil pousos e decolagens foram operados em GRU Airport, sendo 183,6 mil em operações domésticas e 59,3 mil internacionais. O valor total corresponde a 86,9% do movimentado em 2019, em relação a 2021, o valor é de 134,5%, uma vez que o ano ainda foi afetado pela pandemia, a qual além da retomada dos voos domésticos, proporcionou operações *charters* e regulares de empresas aéreas cargueiras que procuraram substituir a capacidade habitualmente servida pelo *belly* das aeronaves de passageiros. GRU Airport continua sendo a principal porta de entrada de fármacos no Brasil, e aumentou a sua participação no mercado de maquinários e automotivo.

VOLUME DE CARGAS

O volume de cargas total (importadas e exportadas) movimentadas em GRU apresentou queda de 5,4% frente a 2021 e crescimento de 8,3% em relação a 2019. O volume de carga de porão ("*belly cargo*") apresentou uma queda brusca de 50% em 2020, devido à diminuição da movimentação de voos internacionais de passageiros. Em 2021 o volume de carga de porão cresceu 36 pontos percentuais em relação a 2020, mas ainda se manteve 32% inferior a 2019. Por sua vez, em 2022, a movimentação *belly* começou a apresentar sinais de retomada, com o retorno de operações internacionais. Assim, o volume movimentado via *belly cargo* apresentou um crescimento de 32% em 2022 frente a 2021 e uma recuperação de 90% em relação a 2019. Durante os períodos críticos da pandemia do novo coronavírus, a queda do volume de carga de porão foi compensada por um incremento significativo no número de cargueiros ou aeronaves de passageiros operadas somente com carga aérea ("*P2C Passenger to Cargo Conversions*"). O volume de carga importada se manteve em linha com 2021, mesmo com o aumento da movimentação via carga de porão. Esse fato tem relação com a movimentação de aeronaves cargueiras, que em 2022 contabilizou uma queda de 32% frente a 2021 no volume importado, visto a retomada de mercado internacional de passageiros. Ainda assim, o volume de carga importada apresentou crescimento de 7,4% frente ao período pré-pandemia e a exportação apresentou crescimento de 10,1% em relação a 2019. No ano de 2022, GRU atingiu um *market share* de 40%¹ na importação e 51%¹ das exportações, com destaque na importação para o segmento fármaco, maquinário e automotivo, que totalizaram 53% do total importado por GRU, se mantendo nos mesmos patamares do ano anterior.

¹ <http://comxestad.mdic.gov.br/pt/home>

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em 2022, GRU Airport teve ampliação na receita líquida ajustada de 45,6%, saindo de R\$ 1,6 bilhões (em 2021) para R\$ 2,3 bilhões (em 2022), sendo que as receitas tarifárias apresentaram aumento de 41,8% e as receitas não tarifárias aumento de 52,4%. Por outro lado, os desempenhos econômico-financeiros e operacionais resultaram no EBITDA de R\$ 2,2 bilhões, 25,8% acima do realizado em 2021, com margem EBITDA alcançando 96,4%.

RECEITAS

R\$ MM	2022	2021	Var. %	Var. R\$
Receitas Tarifárias ¹	1.590,6	1.121,4	41,8%	469,2
Receitas Não Tarifárias	1.145,6	751,7	52,4%	394,0
Receita Bruta Ajustada	2.736,2	1.873,1	46,1%	863,2
Deduções da Receita Bruta	(402,8)	(270,3)	49,0%	(132,5)
Receita Líquida Ajustada²	2.333,5	1.602,8	45,6%	730,7

¹ Valores não consideram a contribuição mensal

² Não considera a Receita de Construção

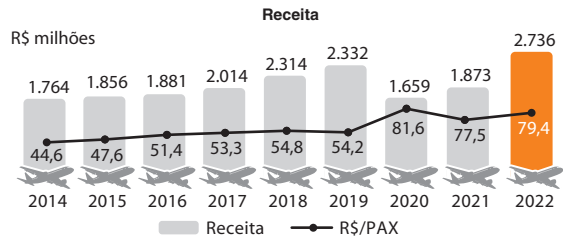
As receitas do GRU Airport são divididas em dois grupos: Tarifárias: devidas pelos usuários dos serviços aeroportuários, ligadas diretamente aos passageiros como: tarifas de embarque e conexão, e para aeronaves como: com tarifas de pouso e permanência e as tarifas ligadas ao terminal de cargas como armazenagem e capatazia. Não tarifárias: são receitas ocorridas mediante a celebração de contratos com terceiros para a exploração de espaços dentro do complexo aeroportuário ou receitas de serviços. Dentre as receitas não tarifárias podemos destacar as receitas de cessão de espaço para lojas e restaurantes, salas VIP, estacionamento, publicidade e serviços aos passageiros.

RECEITAS TARIFÁRIAS

A receita tarifária, líquida de contribuição mensal, foi de R\$ 1,6 bilhão, 41,8% superior ao ano de 2021, contribuindo para este desempenho a retomada na demanda de passageiros e MTA. O resultado também é superior ao ano de 2019 em 25,4%, refletindo a retomada da malha aérea a patamares próximos ao da pré-pandemia: 1. Passageiros: Aumento de 42,6% de PAX Total 2022: 34,5 milhões x 2021: 24,2 milhões. O segmento internacional apresentou o maior crescimento (+ 192%); 2. Aeronaves: Explicado pelo aumento de 88,1% no número de pousos internacionais. Além disso, os pousos domésticos, que são mais representativos, apresentaram um desempenho superior em 16,9%; 3. Cargas: (i) Importação: Aumento de 1,0% de carga faturada importada frente ao mesmo período do ano anterior sendo, 162,5 mil tons em 2022 x 160,9 mil tons em 2021. Houve um aumento da receita por quilograma, em função da elevação do valor dos produtos; (ii) Exportação: queda de -11,5% no faturamento de carga para exportação, sendo 148,7 mil tons em 2022 x 167,9 mil tons em 2021. Diferentemente de importação, as cargas de exportação apresentam baixo valor agregado, sem grandes variações entre os períodos.

RECEITAS NÃO TARIFÁRIAS

A receita bruta não tarifária atingiu o valor de R\$ 1.145,6 bilhão em 2022, 52,4% superior aos R\$ 751,7 milhões realizado em 2021. Abaixo os itens que impactaram a performance: 1. Duty Free: aumento de 192,0% no volume de passageiros internacionais. 2. Sala VIP: aumento do PAX Total de 42,6%, e inauguração de novas unidades em 2022. 3. Combustíveis (Aeronaves): aumento do volume de combustíveis em 49%. Explicado pelo aumento do MTA de 28,8%. Abaixo, observa-se a evolução ao longo dos anos do desempenho da receita bruta ajustada e a relação da receita com a quantidade de passageiros, que aumentou de R\$ 77,5 em 2021 para R\$ 79,4 em 2022:



CUSTOS E DESPESAS

R\$ MM	2022	2021	Var. %	Var. R\$
Pessoal	(113,9)	(107,2)	6,3%	(6,7)
Conservação & Manutenção	(112,9)	(85,7)	31,8%	(27,3)
Operacionais	(202,6)	(163,2)	24,1%	(39,3)
Despesas Administrativas e Outras Despesas ¹	(50,1)	(18,0)	178,8%	(32,1)
Outras Receitas Operacionais	656,9	739,0	-11,1%	(82,0)
Custos & Despesas Operacionais Ajustados² Pré Outorga Variável	177,4	364,9	-51,4%	(187,5)
Outorga Variável	(261,9)	(180,1)	45,5%	(81,9)
Custos & Despesas Operacionais Ajustados²	(84,5)	184,9	-145,7%	(269,4)

¹ Desconsidera os impactos do custo de construção, depreciação e amortização.

CUSTOS COM PESSOAL

Os custos com pessoal apresentaram um aumento de R\$ 6,7 milhões, equivalente a 6,3%, seguindo a recuperação da demanda, e com isso, retomada dos níveis de serviços prestados.

CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO

Em relação à conservação e manutenção, observa-se o aumento de R\$ 27,3 milhões, crescimento de 31,8% frente ao ano anterior. O aumento de custos se deve pela retomada gradual na demanda e pela reabertura do Terminal 1 e Terminal 2 Internacional. Em relação a negociação de contratos, o aumento decorre da revisão de escopos e renegociações contratuais junto aos prestadores de serviços, com destaque para os contratos de serviço de limpeza, conservação e manutenção das dependências de todo o sítio aeroportuário.

CUSTOS OPERACIONAIS

Os custos operacionais apresentaram aumento de R\$ 39,3 milhões, devido a retomada gradual na demanda. Dentre os principais contratos impactados, cabe destacar: (i) energia elétrica, (ii) movimentação de cargas, (iii) transporte e (iv) inspeção e raio-x.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

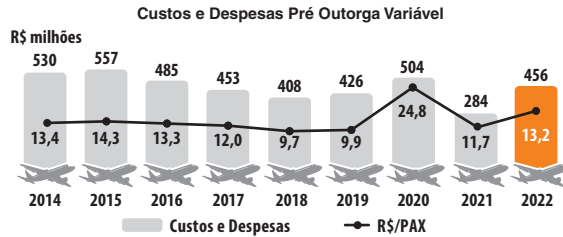
As despesas administrativas, fecharam o ano de 2022 com variação negativa de R\$ 32,1 milhões decorrente da reavaliação do risco de inadimplência, recebimentos e renegociações, tendo como consequência a reversão de valores provisionados como PECLD e o aumento do número de acessos de passageiros aos serviços *Premium* da Sala Vip, realizados diretamente por GRU Airport, que contribuem para o incremento da receita não tarifária.

OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Em outras receitas/despesas, a variação observada no quadro acima deve-se, principalmente, aos valores contabilizados referente ao pleito de reequilíbrio COVID-19 e APM, que consiste na recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia no montante de R\$ 633,7 milhões líquido de pis/cofins, conforme Decisão nº 477 da ANAC de 06 de dezembro de 2021.

OUTORGA VARIÁVEL

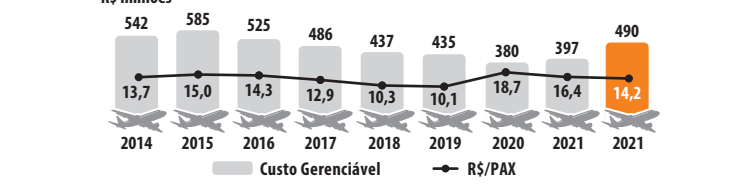
A rubrica de outorga variável apresenta variação desfavorável em relação à 2021, uma vez que tem resultado direta com as receitas do ano. A evolução ao longo dos anos dos custos e despesas reflete o esforço e comprometimento de GRU Airport em melhorar processos e aumentar a eficiência operacional:

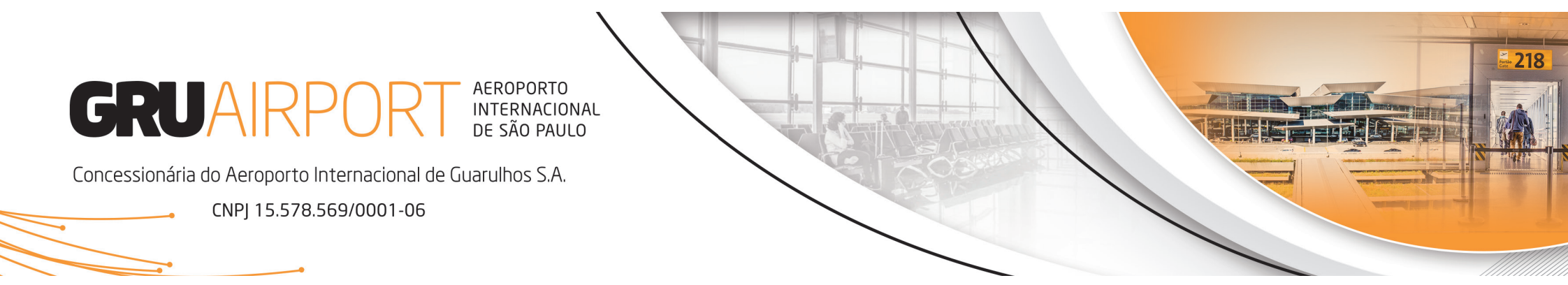


¹ Ajustado: desconsidera o valor de reequilíbrio COVID-19 (líquido de Pis/Cofins) dos anos de 2020, 2021 e 2022 e reequilíbrio APM (líquido de Pis/Cofins) em 2022.



Custos Gerenciáveis*





GRU AIRPORT AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO

Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.

CNPJ 15.578.569/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - GRU Airport

CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA

Pessoas e equipes atuam em conformidade com os princípios éticos e morais praticados pela Companhia, agindo, a cada momento, com honestidade, comprometimento, responsabilidade e respeito. O Código de Ética e Conduta tem como objetivo estabelecer o padrão de comportamento e os valores do GRU Airport. O documento é amplamente divulgado entre todos os empregados e conta com canal externo e anônimo de denúncia. Todos os colaboradores recebem e assinam o Código de Ética no momento de sua integração na Companhia.

GESTÃO DE RISCOS E COMPLIANCE

O Programa de Compliance/Integridade de GRU Airport compreende o conjunto de práticas, políticas, regulamentos, procedimentos, comunicações e treinamentos, estabelecidos com o objetivo de evitar, detectar e tratar desvios de ética e conduta. Atualmente o programa é monitorado por uma área independente, dedicada aos temas da atividade de Compliance e, não estando subordinada a outro departamento da empresa, respondendo diretamente ao Presidente da Companhia. Dentre as atividades da área de Compliance, encontra-se a Gestão de Riscos, que tem por objetivo identificar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar os riscos de forma adequada, além de estar integrado com as estratégias de negócio e investimentos. A gestão de Riscos conta com Comitês Setoriais com a participação da Diretoria Executiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

GRU Airport apresenta as Demonstrações Contábeis do ano de 2022, de acordo com as normas internacionais de contabilidade e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis às operações da Companhia. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes. Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº 162/22, o GRU Airport celebrou contrato com a Mazars Auditores Independentes em 2021 como auditor externo e mantém o contrato ativo para o exercício de 2022.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo nº 27 da Resolução CVM nº 80/22, de 29 de março de 2022, a Diretoria do GRU Airport declara que discutiu, revisou e concordou com as opiniões expressas no relatório da Mazars Auditores Independentes e com as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227. Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido. A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, qualquer impacto em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)				
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	455.196	247.737	
Aplicações financeiras vinculadas	5	791.033	747.330	
Contas a receber	6	298.658	221.058	
Estoques		11.559	11.686	
Impostos a recuperar	7a	63.819	38.893	
Partes relacionadas	8	9	-	
Adiantamentos		9.485	7.076	
		1.629.759	1.273.780	
Não Circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	5	175.022	158.385	
Contas a receber	6	12.490	9.855	
Impostos diferidos ativos	7b	867.080	787.619	
Estoques		3.595	4.172	
Impostos a recuperar	7a	312.466	336.913	
Partes relacionadas	8	38.557	36.449	
Depósitos judiciais	13	28.539	27.183	
Imobilizado		1.612	1.884	
Intangível	9	12.138.646	12.749.399	
		13.578.007	14.111.859	
Total do Ativo		15.207.766	15.385.639	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto) para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de Dezembro de 2020	2.624.558	(1.917.274)	607.284
Prejuízo do exercício	-	(979.875)	(979.875)
Em 31 de Dezembro de 2021	2.624.558	(2.897.149)	(272.591)
Em 31 de Dezembro de 2021	2.624.558	(2.897.149)	(272.591)
Prejuízo do exercício	-	(137.916)	(137.916)
Em 31 de Dezembro de 2022	2.624.558	(3.035.065)	(410.507)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. ("Concessionária", "Companhia", "Aeroporto" ou "GRU Airport") é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) formada pela participação societária do Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. Grupar ("Grupar"), uma controlada do grupo INVEPAR, com 51% e da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO) com 49%, constituída em 08 de maio de 2012. A Concessionária é uma sociedade por ações de capital aberto, categoria "B" e tem como principal objeto social a prestação de serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração de infraestrutura aeroportuária. A Concessionária tem sede na Rodovia Hélio Smidt, s/n, Guarulhos, São Paulo. O Governo Federal e a Concessionária assinaram o contrato de concessão do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos - Governador André Franco Montoro no dia 14 de junho de 2012, pelo período correspondente a 20 anos, tendo seu início em 11 de julho de 2012 e término em 10 de julho de 2032, podendo ser renovado por mais 05 anos. Esse contrato de concessão prevê que a Concessionária realize pagamentos de outorga fixa e variável, conforme descrito na nota explicativa nº 12. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Concessionária apresentou prejuízo no montante de R\$ 137.916 (R\$ 979.875 no período findo em 31 de dezembro de 2021), e em 31 de dezembro de 2022, apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$ 1.593.137 (R\$ 1.709.681 em 31 de dezembro de 2021) e patrimônio líquido (passivo a descoberto) no montante de R\$ 3.035.065 (R\$ 2.897.149 em 31 de dezembro de 2021). As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional, pois a Administração concluiu, que a situação patrimonial atual de prejuízo, capital circulante líquido negativo e patrimônio líquido (passivo a descoberto) é prevista no plano de negócios e que a Concessionária gerará recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível. Nos próximos 10 anos, a Concessionária realizará investimentos de acordo com a fase II do Plano de Exploração Aeroportuária (PEA), para melhorar a capacidade da infraestrutura, incluindo nos processos e serviços para seus passageiros e usuários. 1.1. Coronavírus (COVID-19): Efeitos da pandemia do COVID-19: Em 2022, podemos observar uma melhora no cenário em relação à diminuição de casos de contaminação no país, refletindo no melhor desempenho operacional em relação ao exercício do ano anterior impactado pela segunda onda de contaminação no primeiro semestre de 2021. Embora ainda seja observado os efeitos da pandemia do COVID-19 na recuperação da demanda, inclusive global, em relação ao ano de 2019, o cenário de 2022 é positivo comparado aos anos de 2020 e 2021.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB. As demonstrações financeiras da Concessionária estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidencição a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. 2.2. Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Concessionária leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base, com uma mensuração baseada em mercado e não uma mensuração específica da Concessionária. Além disso, para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, conforme descrito na nota explicativa nº 23. 2.3. Apresentação das demonstrações contábeis: As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Não existem normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Concessionária. A Administração da Concessionária, autorizou em 22 de março de 2023, a emissão dessas demonstrações financeiras. 2.4. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente: A receita é mensurada com base na contraprestação de serviço, especificada no contrato acordado com o cliente. A Concessionária reconhece a contraprestação de serviço no momento em que transfere ao cliente o controle sobre o serviço. a) Receita de serviços: A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços. Receita de serviços tarifários: é reconhecida pelas tarifas pagas pelos usuários quando da efetiva utilização dos serviços, equipamentos, instalações e das facilidades disponíveis no aeroporto. Contempla as tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatiza. Essas tarifas são realizadas de acordo com as regras previstas no contrato de concessão. Receita de serviços não tarifários: conforme previsto no contrato de concessão, a Concessionária pode explorar outras atividades econômicas como cessão de espaços, estacionamentos, publicidade e outros serviços auxiliares às áreas comerciais do complexo aeroportuário através de contratos celebrados com prestadores de serviços ou exploradores de outras atividades econômicas. A receita de serviços não tarifários é reconhecida ao longo do tempo conforme os serviços são prestados. b) Receita de juros: A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo. c) Receita de construção: A receita de construção é reconhecida quando os serviços de ampliação/melhoria da infraestrutura são finalizados e entram em operação. A margem de construção é calculada a valor zero, os valores contratados de terceiros para os serviços de construção estão considerados a valor justo e não há empresa contratada para gerenciamento das obras. 2.5. Transações em moeda estrangeira: As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. A moeda funcional da Concessionária é o real (R\$). 2.6. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Concessionária. Esses investimentos são avaliados ao valor justo por meio do resultado, acrescidos de juros até a data do balanço, sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício. Os equivalentes de caixa são representados por recursos não vinculados/restritos que são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. 2.7. Contas a receber: As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Concessionária. A perda estimada de liquidação duvidosa é mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para o cliente a receber e é constituída com base na avaliação de clientes com parcelas em atraso a mais de 30 dias e em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as perdas esperadas na realização dos créditos, levando em consideração a classificação do cliente de acordo com seu nível de risco, o valor do saldo em aberto e o histórico de perdas com contas a receber. Em cada data de balanço, a Concessionária avalia se o cliente a receber está com problemas de recuperação quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		70.777	50.325
Empréstimos e financiamentos	10	352.531	322.347
Debêntures	11	144.955	129.849
Impostos a recolher	7d	76.166	106.673
Obrigações com empregados e administradores		19.620	17.014
Concessão de serviço público	12	2.317.587	2.204.864
Partes relacionadas	8	59.702	56.466
Receita diferida	14	55.326	25.413
Adiantamento de clientes		6.039	6.787
Outros passivos	15	120.193	63.223
		3.222.896	2.983.461
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	1.717.656	2.047.212
Debêntures	11	465.320	536.209
Concessão de serviço público	12	12.402.606	12.521.796
Provisão para obrigações legais	13	39.598	37.874
Receita diferida	14	387.733	152.617
Adiantamento de clientes		7.022	3.619
		15.019.935	15.299.327
Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)			
Prejuízo acumulado	16	2.624.558	2.624.558
Resultado do exercício		(5.521.707)	(4.541.832)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(3.035.065)	(2.897.149)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)		15.207.766	15.385.639

parte integrante das demonstrações financeiras

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 30 dias; • Reestruturação de um valor devido à Concessionária em condições que não seriam aceitas em condições normais; ou • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira. 2.8. Estoques: Os estoques se referem a itens comuns, essenciais e vitais a operação e são registrados pelo custo médio de aquisição ajustados ao valor realizável líquido e das eventuais perdas quando aplicável. Os estoques cuja expectativa de utilização ocorra após 12 meses ou mais da data das demonstrações financeiras, são apresentados no ativo não circulante. 2.9. Intangível: Refere-se ao valor do direito de concessão registrado a valor presente, os investimentos para a concessão e os direitos de uso de software, sendo registrados ao custo de aquisição. Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados ao custo da construção e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados inicialmente, ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise. Os ativos intangíveis relacionados aos direitos de concessão são amortizados ao longo do prazo da concessão pela curva de benefício econômico, tendo sido adotada a curva de passageiros (PAX) estimada como base para a amortização. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. 2.10. Benefícios a empregados: A Concessionária concede benefícios a empregados incluindo plano de previdência privada, assistência médica, odontológica, participação nos resultados, dentre outros, e é patrocinadora do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV do Instituto Infraero de Seguridade Social (Infraero), com a finalidade de viabilizar a manutenção do plano para a massa de empregados oriundos da Infraero. Para os empregados admitidos pela Concessionária o plano de previdência privada oferecido é o BrasilPrev, benefício de aposentadoria por sobrevivência previsto no PGBL e/ou indenização sob a forma de renda prevista no VGBL. Um passivo de benefícios aos empregados é provisionado conforme o salário, férias e licenças no período em que os serviços relacionados são prestados, a um montante não descontado de benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços. 2.11. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e os valores contábeis líquidos excedam o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base no contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Em 31 de dezembro de 2022, não foram identificadas perdas por desvalorização de ativos não financeiros. 2.12. Outros ativos e passivos: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Concessionária e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Concessionária possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e seus demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. 2.13. Tributação: As receitas de serviços estão sujeitas aos impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Receitas tarifárias	Alíquotas não tarifárias	Receitas financeiras
Contribuição para o Programa de Integridade Social	PIS	1,65%		0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	7,60%		4%
Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza	ISSQN	5,00%		-

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido ("CSLL"), correntes e diferidos, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes na data do balanço, sendo elas: (i) imposto de Renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro contábil ajustado, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição Social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. Os impostos diferidos são decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, quais foram constituídas levando-se em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Os impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Os impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de impostos (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço. Os impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se os impostos diferidos forem relacionados à mesma autoridade tributária. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. 2.14. Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. 2.15. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis: Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras da Concessionária requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderiam levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e premissas: Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou, investimentos futuros significativos que melhoraria a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. **Impostos:** Existem incertezas com relação a interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, com interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Concessionária. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento tributário. **Valor justo de instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. **Provisões para riscos tributários, cíveis, administrativos e trabalhistas:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, administrativas e trabalhistas quando aplicáveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas

Demonstrações do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida de serviços tarifários e não tarifários		2.333.463	1.602.775
Receita de construção		54.715	32.024
Receita operacional líquida	17	2.388.178	1.634.799
Custo dos serviços prestados	18	(1.613.411)	(1.255.344)
Custo de construção	18	(54.715)	(32.024)
Lucro bruto		720.052	347.431
Despesas gerais e administrativas	18	(130.730)	(69.072)
Outras receitas e despesas	18	654.667	702.504
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		1.243.989	980.863
Receitas financeiras	19	253.499	91.401
Despesas financeiras	19	(1.702.315)	(2.225.919)
Resultado antes dos impostos		(204.827)	(1.157.654)
Imposto de renda e contribuição social	7c	66.911	177.779
Corrente		(12.549)	-
Diferido		79.460	177.779
Prejuízo líquido do exercício		(137.916)	(979.875)
Prejuízo líquido por ação (em reais)	25	(0,045)	(0,323)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado Abrangente para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

		31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo do exercício		(137.916)	(979.875)
Total do resultado abrangente no exercício		(137.916)	(979.875)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício antes dos impostos		(204.827)	(1.157.



Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.

CNPJ 15.578.569/0001-06

→ continuação **Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras**
Referentes aos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

(R1) IFRIC 12: A Concessionária contabiliza o contrato de concessão conforme a interpretação Técnica ICPIC 01 (R1) IFRIC 12, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPIC 01 (R1) IFRIC 12 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva estimada de utilização dos serviços da Concessionária dentro do prazo do contrato de concessão. 2.20. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade: Durante o exercício de 2022, foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e o IASB a revisão das normas descritas abaixo. Alguns pronunciamentos contábeis que se tornaram efetivos a partir do ano de 2023, tendo sido avaliados e sem impactos significativos nos resultados e posição financeira da Companhia. Normas emitidas e não vigentes: Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26 (IAS 1) e CPC 23 (IAS 8) - 1º de Janeiro 2023; IFRS 17 - Contratos de seguros - 1º de Janeiro 2023; Divulgação de políticas contábeis - alterações ao CPC 23 (IAS 8) e IFRS Practice Statement 2 - 1º de Janeiro 2023; Definição de estimativas contábeis - alterações ao CPC 23 (IAS 8) - 1º de Janeiro 2023; Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12) 1º de Janeiro 2023; Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua associada ou joint venture - alterações ao CPC 36 e CPC 18 (IFRS 10 e IAS 28) 1º de Janeiro 2023; e 2.21. Reapresentação das cifras comparativas - DVA: Para adequação à forma de apresentação das demonstrações financeiras e atendendo aos requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, a Companhia está reapresentando as cifras comparativas de 31 de dezembro de 2021 da DVA em decorrência das seguintes reclassificações:

	31/12/2021	DVA 2021	31/12/2021
	Originalmente apresentado	Reclassificação	Reapresentado
Receitas	2.343.862	813.324	3.157.186
Receita operacional bruta tarifária e não tarifária	2.257.356	-	2.257.356
Outras receitas	-	845.348	845.348
Receita de construção	32.024	(32.024)	-
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	54.482	-	54.482
Insuamos adquiridos de terceiros	(162.481)	(738.966)	(901.447)
Custos dos serviços prestados	(729.676)	(32.024)	(761.700)
Custo de construção	(32.024)	32.024	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	599.219	(738.966)	(139.747)
Valor adicionado bruto	2.181.381	74.358	2.255.739
Retenções	-	-	-
Depreciação e amortização	(806.767)	-	(806.767)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	1.374.614	74.358	1.448.972
Valor adicionado recebido em transferência	-	-	-
Receitas financeiras	90.052	1.349	91.401
Valor adicionado total a distribuir	1.464.666	75.707	1.540.373
Distribuição do valor adicionado	1.464.666	75.707	1.540.373
Pessoal e encargos	93.357	-	93.357
Remuneração direta	84.415	-	84.415
Benefícios	24.224	-	24.224
FGTS	4.718	-	4.718
Impostos, taxas e contribuições	126.218	74.357	200.575
Federais	44.684	74.357	119.041
Municipais	81.534	-	81.534
Remuneração do capital de terceiros	2.224.966	1.350	2.226.316
Juros	305.756	-	305.756
Atualização outorga	1.857.137	-	1.857.137
Outros	62.073	1.350	63.423
Remuneração de capital próprio	(979.875)	-	(979.875)
Prejuízo do exercício	(979.875)	-	(979.875)

O Balanço patrimonial e a Demonstração do resultado abrangente, a Demonstração das mutações do patrimônio líquido e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não foram impactados pelas reclassificações acima referidas.

3. CONTRATO DE CONCESSÃO

a) Objeto: O contrato tem por objetivo a concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária a serem implementadas nas seguintes fases: • FASE I - A Transferência das operações do Aeroporto sob comando da Infraero para a Concessionária (fase concluída em 15 de fevereiro de 2013); • FASE I-B - Ampliação do Aeroporto pela Concessionária para adequação da infraestrutura e melhoria do nível de serviços (fase concluída em 11 de maio de 2014); • FASE I-C - Expansão aeroportuária e de adequação total a infraestrutura e ao nível de serviço disposto no Plano de Exploração Aeroportuária (PEA) (fase concluída em 12 de maio de 2016); • FASE II - Demais fases de ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto para o atendimento aos parâmetros mínimos de dimensionamento previsto no PEA (fase atual da Concessionária no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). Prazo de vigência: O contrato de concessão tem prazo de 20 (vinte) anos, findos em 2032, podendo ser prorrogado por até 05 anos, sendo a concessão outorgada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). Contribuição ao sistema: Pelo direito de exploração do complexo aeroportuário do Aeroporto Internacional de Guarulhos, a Concessionária, com a assinatura do contrato de concessão, se compromete a desembolsar o total de R\$ 16.213.000, em parcelas anuais de R\$ 810.650, sendo o saldo corrigido desde fevereiro de 2012, mês de realização da sessão pública do leilão, pelo IPCA-IBGE, em conta à favor do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), a título de outorga fixa. Em conformidade com os aditamentos ao contrato de concessão em 2017 e 2020 que alteraram o fluxo de pagamento da outorga fixa original, nos termos da Lei nº 13.499/2017, decorrente da reprogramação, permanecendo inalterado o valor presente líquido da outorga fixa original. O contrato de concessão também prevê a realização do pagamento da contribuição variável anual que corresponde ao montante, em reais, resultante da aplicação da alíquota de 10% sobre a totalidade da receita bruta anual. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária exceda os valores determinados no contrato de concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%. Bens integrantes da concessão: Integram a concessão os bens necessários à prestação do serviço de exploração aeroportuária já disponibilizados pelo poder público e incorporados à operação da Concessionária, tais como edificações, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, veículos, pistas de pouso e decolagem, pátios de manobra, dentre outros. b) Direitos e deveres: Deveres gerais: Durante o período do contrato, a Concessionária tem por obrigação manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, os bens necessários à prestação dos serviços que integram a concessão, além de manter um sistema de atendimento físico e eletrônico ao usuário e uma ouvidoria para apurar as reclamações relativas aos serviços prestados. Investimentos: Os custos com obras e intervenções nos bens do poder público, previstos no contrato de concessão, estão contabilizados no intangível, pois não há previsão no contrato de concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela Concessionária. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados ao complexo aeroportuário. c) Remuneração da Concessionária: Receitas tarifárias: São constituídas, pelas tarifas de embarque, conexão, pouso e permanência, armazenagem e captação. Receitas não tarifárias: São constituídas, por cessão de espaço inerentes à exploração dos espaços comerciais e outros. d) Transferência da concessão e do controle societário: A Concessionária e seu acionista privado não poderão realizar qualquer modificação direta ou indireta nos respectivos controles societários ou transferir a concessão sem a prévia e expressa anuência da ANAC, sob pena de caducidade do contrato. e) Utilização do complexo aeroportuário: Disposições gerais: A Concessionária poderá celebrar com terceiros, prestadores de serviços de transporte aéreo, de serviços auxiliares ao transporte aéreo ou exploradores de outras atividades econômicas, contratos que envolvam a utilização de espaço no complexo aeroportuário, sendo que, a remuneração será livremente pactuada entre a Concessionária e a outra parte contratante.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	16.506	40.400
Aplicações em fundos de investimento lastreadas em títulos públicos	438.690	207.337
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	455.196	247.737

As aplicações financeiras são representadas por produtos diversificados que incluem CDB de curto prazo e fundos de investimentos lastreados em títulos públicos federais do Tesouro Nacional com remuneração média de 104,3% do CDI (101,3% do CDI em 31 de dezembro de 2021), investimentos de curto prazo e de alta liquidez.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	791.033	747.330
Conta Pagamento/Reserva Outorga	791.033	747.330
Não circulante	175.022	158.385
Conta Reserva	175.022	158.385
Saldo de aplicações financeiras vinculadas	966.055	905.715

A Concessionária possui aplicações em fundos de investimentos não exclusivos, de renda fixa, cuja carteira é composta exclusivamente por títulos públicos federais e operações lastreadas nestes títulos. Os saldos das contas reservas outorga, permanecem aplicados, até a conclusão ou pedido de repactuação realizado pela Concessionária no ano anterior (vide nota explicativa nº 12). Os fundos são remunerados pela taxa média de 100,1% do CDI (102,3% do CDI em 31 de dezembro de 2021) sem prazo de carência, com baixo risco, que servem para compor o saldo da Conta Reserva, da Conta Pagamento e da Conta Outorga Fixa e da Conta Outorga Variável, destinado ao cumprimento das obrigações dos Contratos de Financiamentos e de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios firmado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e os Bancos Repassadores (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú BBA e Bradesco), além do representante dos debenturistas de ambas emissões, representado pelo Agente Fiduciário.

6. CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2022, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber tarifárias	157.508	93.872
Aeronaves	29.619	21.759
Armazenagem	187.127	115.631

Contas a receber não tarifárias
Recalculadas acessórias
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa
Total contas a receber
Circulante
Não circulante
Em 31 de dezembro de 2022, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Total líquido de PECLD	Perda estimada de liquidação duvidosa	Saldos vencidos							
			de 30 dias	de 60 dias	de 90 dias	de 120 dias	de 151 dias	>180 dias		
31 de Dezembro de 2022	311.148	(85.964)	299.004	33.573	22.909	13.880	11.407	2.377	1.632	12.330

	Total líquido de PECLD	Perda estimada de liquidação duvidosa	Saldos vencidos							
			de 30 dias	de 60 dias	de 90 dias	de 120 dias	de 151 dias	>180 dias		
31 de Dezembro de 2021	230.913	(82.501)	214.204	19.974	14.985	10.587	6.987	3.143	1.659	41.875

Em 31 de dezembro de 2022, a perda estimada com crédito de liquidação duvidosa é de R\$ 85.964 (R\$ 82.501 em 31 de dezembro de 2021).
Movimentação na perda estimada com crédito de liquidação duvidosa:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	(82.501)	(136.983)
Adição/ Reversão	(12.076)	54.369
Baixa	8.613	113
Saldo no fim do exercício	(85.964)	(82.501)

A Concessionária avaliou as possíveis perdas de créditos no que representa a incerteza quanto ao recebimento a partir da estimativa de risco da carteira de clientes, aplicando julgamento e avaliação para a provisão ou não através das perdas incorridas e avaliação financeira pelo método de perdas esperadas. Tendo em vista, o impacto da COVID-19, alguns clientes foram expurgados da matriz de provisões e

avaliados individualmente. Devido à deterioração da situação financeira de alguns clientes, dados históricos dos recebíveis a Administração mensurou como perda incorrida o valor integralmente provisionado para o ano corrente de 2022, independentemente do vencimento ou não dos títulos.

7. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos a recuperar

	31/12/2022	31/12/2021
PIS e COFINS	37.861	33.251
IRRF	24.898	4.955
IRPJ e CSLL	1.060	687
Total dos impostos a recuperar - circulante	63.819	38.893
PIS e COFINS - não circulante	312.466	336.913
Total	376.285	375.806

O montante de PIS e COFINS apresentado em impostos a recuperar é composto pelos créditos das contribuições sobre os investimentos, os quais são compensados à medida da amortização dos bens contabilizados no ativo intangível. Conforme o OCPIC 05, o ativo intangível é amortizado em função da curva estimada de demanda, pelo prazo da concessão. (*) O montante de IRRF apresentado, refere-se a rendimentos de aplicação financeira após a compensação de R\$ 9.364 de IRPJ apurado sobre lucro tributável em 2022.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos: A Concessionária, em conformidade com o CPC 32 - Impostos sobre o lucro (IAS 12), Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 01/2022 e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias que não possuem prazo prescricional, cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente ou quando existirem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções. A Concessionária considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, conseqüentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos ao longo do prazo da concessão, espelham objetivos e metas a serem atingidos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Natureza		
Ativo diferido		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.327.759	1.330.493
Diferenças temporárias - Provisões indutíveis	18.041	18.041
Total	1.345.800	1.348.534
Passivo diferido		
Outorga fiscal e margem de construção(*)	(433.991)	(479.644)
AVP outorga fiscal e equilíbrio	(44.289)	(81.107)
Arendamentos	(440)	(164)
Total	(478.720)	(560.915)
Saldo ativo diferido líquido	867.080	787.619

(*) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos sobre outorga fiscal e margem de construção, oriundos do extinto Regime Tributário de Transição (RTT), são amortizados mensalmente pelo prazo restante do contrato de concessão, conforme Inciso IV do artigo 6º da Lei nº 12.973/14. A Concessionária estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos fiscais nos seguintes exercícios:

	Ativo	
2024	28.536	
2025	52.860	
2026	73.433	
2027 a 2032	1.190.971	
	1.345.800	

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo é viável, considerando que o plano de negócios prevê que a Concessionária atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva prevista para ocorrer nos próximos anos. Conciliação entre imposto de renda e contribuição social - alíquota nominal e efetiva: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício		
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(204.827)	(1.157.654)
Alíquota nominal do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	69.641	393.602
Ajustes no resultado líquido que afetam o resultado do período		
Diferenças permanentes	(854)	(78)
Imposto de renda e contribuição social diferido não constituído	(1.876)	(340.164)
Imposto de renda e contribuição social diferido constituído	22.636	124.419
Total dos impostos no resultado - diferido	66.911	177.779
Imposto de renda e contribuição social Corrente	(12.549)	-
Diferido	79.460	177.779
Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social	-33%	-15%

Durante o exercício de 2022 a Concessionária gerou um montante de R\$ 1.876 relacionados a imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, os quais não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras por não estarem suportados pelas projeções de resultado elaboradas pela administração da Companhia. O valor acumulado, até 31 de dezembro de 2022 de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não constituídos é de R\$ 1.393.835 (R\$ 1.391.959 em 31 de dezembro de 2021).

d) Impostos a recolher

	31/12/2022	31/12/2021
Impostos sobre receita		
PIS e COFINS	57.663	94.076
ISSQN	10.214	8.463
Total	67.877	102.539

Impostos retidos sobre serviços

	31/12/2022	31/12/2021
ISSQN	2.270	1.843
ISSQN	1.110	827
CSRF	1.013	835
IRRF	711	629
Total	5.104	4.134

Impostos sobre o lucro*

	31/12/2022	31/12/2021
CSLL	3.185	-
Circulante	76.166	106.673

* O montante refere-se a Imposto sobre lucro tributável apurado, líquido das deduções legais, já compensado com IRRF sobre aplicações financeiras no montante de R\$ 9.364.

8. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas da Concessionária, sejam elas administradores, acionistas ou coligadas, são aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis. Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do Artigo nº 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) a aprovação de suas contas com o administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiar-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Concessionária. A tabela a seguir apresenta o valor total das transações realizadas com partes relacionadas:

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição da dívida

Credor	Tipo	Vencimento	Indexador
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP
BNDES (a)	Finem Repasse indireto	dez/27	TJLP
Daycoval	Arendamentos	ago/25	CDI
Total			
Parcela do circulante			
Parcela do não circulante			
(a) Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Caixa Econômica Federal			

Credor	Tipo	Vencimento	Indexador
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP
BNDES (a)	Finem Repasse indireto	dez/27	TJLP
Daycoval	Arendamentos	ago/25	CDI
Total			
Parcela do circulante			
Parcela do não circulante			
(a) Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Caixa Econômica Federal			

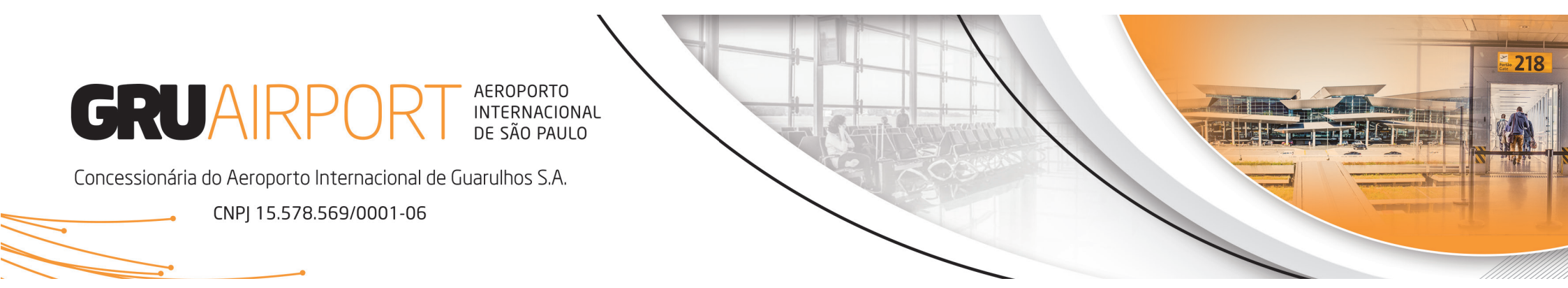
Os juros dos contratos de empréstimos e financiamentos são capitalizados em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será devida proporcionalmente à finalização de cada fase. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o montante capitalizado foi de R\$ 4.295 (R\$ 772 em 31 de dezembro de 2021).

Composição dos empréstimos de longo prazo por ano de vencimento:

2024	376.516
2025	410.765
2026	930.375
2026 em diante	1.717.656

Financiamento de longo prazo - Finem Repasse Direto

Em 13 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou Contrato de Financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES no valor de R\$ 2,4 bilhões dividido em quatro subcréditos: (i) "subcrédito A" no valor de R\$ 1,5 bilhão, (ii) "subcrédito B1" no valor de R\$ 435.000, (iii) "subcrédito B2" no valor de R\$ 487.000, e (iv) "subcrédito C" no valor de R\$ 17.300. Os juros incidentes sobre o valor principal dos subcréditos A e B são de 2,88% ao ano acrescidos a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do subcrédito C é remunerado somente através da TJLP. O valor principal tem vencimento em 15 de dezembro de 2027. As liberações dos valores são realizadas mediante as demandas. Financiamento de longo prazo - Finem Repasse Indireto: Em 13 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou Contrato de Financiamento mediante Repasse de Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES



GRU AIRPORT AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO

Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.

CNPJ 15.578.569/0001-06

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Debêntures	Vencimento	Indexador	Encargos anuais	Saldo inicial 31/12/2021	Juros incorridos	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Custo de emissão	Saldo final 31/12/2021
1ª emissão 478	dez/25	IPCA	7,86%	333.142	58.021	(40.865)	(26.574)	-	323.724
2ª emissão 400	out/26	IPCA	6,40%	348.463	58.397	(37.031)	(23.602)	-	346.227
Custo com emissão				(4.852)	-	-	-	959	(3.893)
Total				676.753	116.418	(77.896)	(50.176)	959	666.058
Parcela do circulante				102.671	-	-	-	-	129.489
Parcela do não circulante				574.082	-	-	-	-	536.209

Em 31 de dezembro de 2022, os custos de captação com as instituições financeiras para emissão das debêntures são de R\$ 2.934 (R\$ 3.893 em 31 de dezembro de 2021). Segue abaixo a composição das debêntures de longo prazo por ano de vencimento:

2024	131.784
2025	212.563
2026	120.973
	465.320

Até 31 de dezembro de 2022, a Concessionária realizou o pagamento de amortização do principal e dos juros das debêntures, conforme abaixo:

Pagamento	1ª Emissão				2ª Emissão		Total
	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	Série única		
Principal	11.996	12.366	12.320	12.408	42.859	91.939	91.939
Juros	6.280	6.507	6.456	6.502	22.858	48.603	48.603

12. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

Objeto	Saldo inicial 31/12/2021	Adições	Atualização		Transf.	Compensação (b)	Pagamento	Saldo final 31/12/2022
			resultado (a)	intangível				
Outorga variável	183.077	266.343	-	-	-	(183.077)	266.343	
Outorga fixa	1.983.354	-	196.338	19.318	1.430.411	(314.011)	2.067.927	
(-) Reequilíbrio Circulante	38.433	(351.570)	(17.557)	-	-	314.011	(16.683)	
Outorga fixa	2.204.864	(85.227)	178.781	19.318	1.430.411	(1.430.560)	2.317.587	
(-) Reequilíbrio Não circulante	12.624.248	-	1.186.531	116.744	(1.430.411)	-	12.497.112	
Total	12.521.796	(85.227)	1.194.477	116.744	(1.430.411)	-	12.402.606	
Total	14.726.660	(85.227)	1.373.258	136.062	-	(1.430.560)	14.720.193	

(a) O impacto no resultado é composto pela atualização do saldo pelo IPCA.
(b) Compensação da Outorga Fixa conforme Ofício 158/2022 ANAC.

Objeto	Saldo inicial 31/12/2020	Adições	Atualização		Transf.	Compensação (b)	Pagamento	Saldo final 31/12/2021
			resultado (a)	intangível				
Outorga variável	155.999	183.080	-	-	-	(156.002)	183.077	
Outorga fixa	1.293.640	-	252.154	26.715	1.334.494	(923.649)	1.983.354	
(-) Reequilíbrio Circulante	(242.258)	(763.789)	(35.171)	-	-	1.079.651	38.433	
Outorga fixa	1.207.381	(580.709)	216.983	26.715	1.334.494	-	2.204.864	
(-) Reequilíbrio Não circulante	12.183.712	-	1.604.984	170.046	(1.334.494)	-	12.624.248	
Total	(94.560)	(9.504)	1.612	170.046	(1.334.494)	-	(102.452)	
Total	13.296.533	(590.213)	1.823.579	196.761	-	-	14.726.660	

(a) O impacto no resultado é composto pela atualização do saldo pelo IPCA.
(b) Compensação da Outorga conforme Decisão nº 191, nº 138 e nº 215 da ANAC.

Outorga fixa: Pela assinatura do contrato de concessão, a Concessionária se obriga a pagar à União uma contribuição fixa no total de R\$ 16.213.000, reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% a.a., conforme a orientação técnica OCCP 05, que será paga em 20 parcelas anuais de R\$ 810.650. Esses pagamentos ocorrem no mês de julho de cada ano, sendo necessária a constituição de conta reserva em maio de cada ano. Os pagamentos são reajustados pelo IPCA-IBGE desde a data da realização da sessão pública do leilão, que ocorreu em fevereiro de 2012, até a data do efetivo pagamento, em conta a favor do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC). Devido aos reflexos da pandemia da COVID-19, houve a adesão à postergação do pagamento da outorga fixa e variável da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos para 18 de dezembro de 2020, conforme art. 2º da Lei nº 14.034 de 05 de agosto de 2020. O montante foi atualizado com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Repactuação da outorga fixa: Repactuação - Termo aditivo nº 006/2019. Com as alterações promovidas pela Lei nº 14.034 de 05 de agosto de 2020, onde prevê nos artigos 1º e 2º a postergação dos pagamentos das outorgas para 18 de dezembro, em virtude dos impactos causados pela pandemia da COVID-19. Mediante esta alteração, a Concessionária em 17 de dezembro de 2020, assinou junto à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), termo aditivo ao contrato de concessão, contemplando a reprogramação do pagamento da Outorga Fixa, da seguinte forma: • Pagamento da contribuição fixa de 2020 em duas parcelas, com 50% vencendo em 18 de dezembro de 2020, e os outros 50% a serem pagos junto com as outorgas fixas dos anos de 2029, 2030 e 2031; e • Postergação dos vencimentos das outorgas de 2021, 2022, 2023 e 2024 passando de 11 de julho para 18 de dezembro de cada ano. As informações foram divulgadas ao mercado através de fato relevante enviado em 18 de dezembro de 2020. Pleito de Repactuação: Em 07 de dezembro de 2021, a Concessionária protocolou um novo pedido de repactuação da outorga fixa, considerando para o ano de 2021, o pagamento de 50% do montante da parcela devida, conforme portaria nº 139 de 03 de dezembro de 2021. Em 29 de dezembro de 2021, o pedido foi indeferido pela ANAC. A Concessionária impetrou Mandado de Segurança em virtude do indeferimento, obtendo deferimento integral do pedido de liminar. Em 06 de julho de 2022, a ANAC protocolou apelação em face da referida sentença e apresentou pedido de efeito suspensivo à Apelação, ainda não apreciado até a presente data de divulgação desse relatório. Em 15 de dezembro de 2022, a ANAC publicou o ofício 158/2022/GERE/SRA, informando que o valor da contribuição fixa ref. a 2021, encontra-se parcialmente quitada e suspensa a exigibilidade do pagamento remanescente, por meio de decisão judicial sujeita a revisão futura. Outorga variável: Além da contribuição fixa, a Concessionária também se compromete a pagar a contribuição variável que corresponderá ao montante em reais resultante da aplicação da alíquota de 10% sobre o total da receita bruta anual, deduzida dos cancelamentos, devoluções e descontos incondicionais. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária exceda os valores determinados no contrato de concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%. Em 11 de maio de 2022, a Concessionária pagou o montante correspondente a R\$ 163.077, referente a parcela de 2021. Reequilíbrio econômico financeiro - Cargas importadas em trânsito: (Decisão nº 191 da ANAC de 22 de dezembro de 2016): Em 30 de outubro de 2014, a Concessionária protocolou junto à ANAC o pedido de revisão extraordinária do equilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão em razão da alteração contratual efetuada pela Decisão nº 121 da ANAC, de 13 de novembro de 2012, que teve como objetivo a alteração unilateral das tarifas aplicáveis aos serviços de Armazenagem e Capatazia, referentes às cargas importadas em trânsito. Tal regime tarifário diferiu pontualmente em relação àquele aplicável à Infraero no tocante ao mecanismo de cálculo das tarifas aeroportuárias aplicáveis ao mercado de carga importada. Entre as alterações, destaca-se o tratamento dispensado às cargas em trânsito para zona primária e trânsito internacional. Em 22 de dezembro de 2016, a diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) aprovou o 1º Revisão Extraordinária do contrato de concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos em R\$ 113.844 com o objetivo de recompor seu equilíbrio econômico financeiro. Conforme estabelecido na Decisão nº 191 da ANAC, a parcela da contribuição fixa devida em cada ano será deduzida pelo valor aplicável conforme tabela.

Ano	Valor a ser deduzido
2016	32.796
2017	7.143
2018	6.862
2019	6.580
2020	6.298
2021	6.019
2022	5.745
2023	5.521
2024	5.299
2025	5.025
2026	4.760
2027	4.505
2028	4.259
2029	4.022
2030	3.796
2031	3.593
2032	1.621
Total	113.844

Os valores estabelecidos na tabela, serão revisados quando da realização de revisões periódicas do fluxo de caixa marginal e, eventuais diferenças relativas às estimativas dos anos anteriores, deverão ser compensadas no pagamento da contribuição fixa seguinte à conclusão do processo de revisão. O valor a ser descontado em cada ano deverá ser atualizado pelo IPCA-IBGE, acumulado entre abril de 2016 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela Resolução ANAC nº 355, de 17 de março de 2015, proporcional ao número de meses correspondente. Em 17 de agosto de 2021, mediante revisão extraordinária da Decisão nº 191 da ANAC, foi analisado detidamente as informações e os impactos da tributação sobre o valor dessa recomposição contratual, concluindo que o reequilíbrio devida até o final da concessão aumentou em R\$ 75.738 passando o saldo remanescente a ser de R\$ 145.806, a valores de março de 2021. Reequilíbrio econômico financeiro - Novas exigências para alfandagem: (Decisão nº 138 da ANAC de 04 de agosto de 2020): Em 07 de março de 2019, a Concessionária interpôs o pedido de revisão extraordinária do contrato de concessão relativo ao evento "Novas exigências para alfandagem". A Concessionária sustenta que em razão de alteração da regulamentação da Receita Federal do Brasil - RFB, materializada pela Portaria nº 1001, de 6 de maio de 2014, teria sido obrigada a arcar com os custos decorrentes de contratação de pessoal habilitado para a operação dos equipamentos de inspeção não invasiva (escâneres) nas áreas de alfandagem, despesas as quais eram anteriormente suportadas pela própria RFB. Em 04 de agosto de 2020, conforme Decisão nº 138, a ANAC aprovou a revisão extraordinária do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos com o objetivo de recompor seu equilíbrio econômico-financeiro. A parcela da contribuição fixa devida em 2020 será deduzida pelo valor referente ao desequilíbrio verificado entre 2014 e 2020, correspondente a R\$ 10.082 a valores de agosto de 2014. Os valores serão atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulado entre agosto de 2014 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual devida em 2020, e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela Resolução nº 355, de 17 de março de 2015, proporcional ao número de meses correspondente. A partir de 2021, a parcela a ser deduzida da contribuição fixa em cada ano corresponderá valores indicados na tabela contida no anexo desta Decisão para o mesmo ano, os quais também deverão ser atualizados considerando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acumulado entre agosto de 2014 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual, e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela referida Resolução nº 355, de 2015, proporcional ao número de meses correspondentes, conforme tabela abaixo.

Ano	Valor a ser deduzido
2014	1.040
2015	2.026
2016	1.675
2017	1.630
2018	1.354
2019	1.223
2020	1.134
2021	1.061
2022	994
2023	930
2024	870
2025	810
2026	764
2027	714
2028	669
2029	627
2030	587
2031	549
2032	304
Total	18.968

Reequilíbrio econômico financeiro - COVID-19: Em razão dos prejuízos causados pela pandemia da COVID-19, com o objetivo de recompor o equilíbrio econômico financeiro da Concessionária, a ANAC aprovou a revisão extraordinária do contrato de concessão. (Decisão nº 215 da ANAC de 25 de novembro de 2020): O valor referente ao reequilíbrio verificado em 2020, corresponde ao montante de R\$ 854.914 a valores de 18 de dezembro de 2020, com incidência de PIS e COFINS sobre o montante. Deste reequilíbrio, a Concessionária compôs a parcela da outorga fixa a pagar de 2020 com vencimento em 18 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 834.639. O saldo remanescente não compensado de R\$ 220.275 será deduzido das parcelas das outorgas dos próximos anos. Em 15 de maio de 2021, a Concessionária compôs o montante de R\$ 156.002 referente a outorga variável do ano de 2020. O saldo remanescente não compensado de R\$ 60.889 será deduzido da parcela da outorga fixa a ser paga em 18 de dezembro de 2021. Em 25 de agosto de 2021, conforme Decisão nº 404, a agência aprovou a revisão do fluxo de caixa marginal do Contrato de Concessão do valor do reequilíbrio decorrente dos impactos da pandemia da COVID-19, referente ao período de outubro a dezembro de 2020 das projeções utilizadas. Em decorrência da atualização, o montante de desequilíbrio devido à Concessionária, passou a corresponder a R\$ 832.281, portanto uma redução de R\$ 22.633.

(Decisão nº 477 da ANAC de 06 de dezembro de 2021): O valor do desequilíbrio verificado em 2021, corresponde ao montante de R\$ 799.675, a valores de 18 de dezembro de 2021. Em 30 de maio de 2022 em continuidade à revisão do montante em que trata a Decisão, concluiu-se após a análise do Fluxo de Caixa Operacional Pós COVID-19, atualizado pelo valor realizado para os meses de outubro a dezembro de 2021 o montante de R\$ 750.866. Deste reequilíbrio, a Concessionária compôs a parcela da outorga fixa a pagar de 2021 com vencimento em 18 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 799.675. O saldo remanescente a receber de R\$ 48.809 foi atualizado pelo IPCA e acrescido a parcela da outorga fixa de 2022. (Decisão nº 663 da ANAC de 04 de novembro de 2022): O valor do desequilíbrio verificado em 2022, corresponde ao montante de R\$ 304.218, a valores de 18 de dezembro de 2022, concedido com base em valores realizados dos meses janeiro a setembro de 2022 e projetados dos meses de outubro a dezembro de 2022. Deste reequilíbrio, a Concessionária compôs a parcela da outorga fixa a pagar de 2022 com vencimento em 18 de dezembro de 2022, o montante de R\$ 304.218 que será revisado no decorrer do ano de 2023 pela agência. Reequilíbrio econômico financeiro - Automated People Mover: (Ofício Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de 18 de fevereiro de 2022): Em 18 de fevereiro de 2022 passou a vigorar o 8º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão em cumprimento à decisão ministerial proferida no Ofício nº 271/2020/GM/Infra, para (i) incluir investimento no Contrato de Concessão para elaboração de projeto, construção, operação e manutenção do sistema de conexão rápida, no formato *people mover*, entre a estação Aeroporto, linha 13 - Jade da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e o Aeroporto Internacional de Guarulhos/SP; e (ii) promover, em razão de tal inclusão, a respectiva Revisão Extraordinária com vistas à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato com a compensação da arrecadação da Contribuição Mensal. (vide nota explicativa nº 15). O projeto denominado APM - Automated People Mover terá o investimento relativo à elaboração do projeto e construção em seu valor original de R\$ 376.058, porém atualizado pelo índice INCC-DI apurado de dezembro de 2019 a fevereiro de 2022 correspondente ao total de R\$ 470.971. (Nono Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de 16 de dezembro de 2022): Em 16 de dezembro de 2022 passou a vigorar o 9º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão com vistas a: (i) destinar o valor residual do reequilíbrio econômico-financeiro relativo à elaboração do projeto e construção do APM, após a extinção da contribuição mensal trazida pela Lei nº 14.368 de 14 de Junho de 2022, o montante de R\$ 49.273 compensado com a contribuição fixa de 2022 e (ii) incluir no montante a ser reequilibrado após o início da operação do APM, o valor de R\$ 1.242 a ser mês, atualizado pelo IPCA a valores de dezembro de 2020, para ser compensado da contribuição fixa.

13. PROVISÃO PARA OBRIGAÇÕES LEGAIS

A Concessionária é parte em processos administrativos e ações judiciais perante órgãos públicos e tribunais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, tributárias, administrativas, cíveis e outros assuntos, como apresentado a seguir:

	31/12/2021	Provisões	Reversões	Atualização	31/12/2022
Provisão para riscos					
Trabalhistas (a)	30.220	4.582	(8.931)	2.615	28.486
Tributário (b)	54	7	(25)	2	36
Administrativas (c)	1.278	2.327	(614)	221	3.212
Cíveis (d)	6.322	709	(440)	1.271	7.862
Total	37.874	7.625	(10.010)	4.109	39.598

A Concessionária, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que as provisões registradas são suficientes para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis.

Riscos possíveis - Valores não provisionados

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para riscos		
Tributários (a)	659.511	605.611
Cíveis (b)	186.389	169.764
Administrativo (c)	6.644	40.965
Trabalhistas (d)	852	1.570
Total	853.396	817.910

a) Riscos tributários: Existem Autos de Infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, cujos objetos, em sua maioria, estão relacionados à atividade de armazenagem de mercadorias sob pena de perdimento nos armazéns do Aeroporto, Autos de Infração lavrados pela Prefeitura do Município de Guarulhos arguindo a cobrança de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), que nesta data encontram-se com a exigibilidade suspensa e, ainda, lançamentos de Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU) dos anos de 2013 a 2022, também realizados pela Prefeitura do Município de Guarulhos, já impugnados, mas sem decisão administrativa. No caso do IPTU, caso a cobrança seja declarada devida pelo Poder Judiciário, a Concessionária entende possível requerer o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão junto à ANAC. b) Riscos cíveis: Processos de natureza indenizatória promovidos por passageiros, motivados por furto ou extravio de bagagem ou outros fatos ocorridos dentro do Aeroporto cuja responsabilidade está sendo imputada à Concessionária, ou processos promovidos porcessionários de área aeroportuária (lojistas, companhias aéreas, entre outros) e fornecedores, relativos de pleitos de indenização, cobrança de valores, obrigação de fazer, ou outras naturezas. c) Riscos administrativos: Autuações oriundas de autoridades administrativas, como ANAC, Anvisa, IpeM-SP/Inmetro, Prefeitura do Município de Guarulhos, com instauração dos respectivos processos administrativos nos quais a Concessionária figura no polo passivo. d) Riscos trabalhistas: A Concessionária é parte em diversos processos de natureza trabalhista cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de condenação subsidiária, decorrente de contratos de prestação de serviços (terceirização), estes processos representam 68,7% do total das contingências. Depósitos recursais e judiciais: Em 31 de dezembro de 2022, a Concessionária possuía 28.539 em depósitos recursais e judiciais. (R\$ 27.183 em 31 de dezembro de 2021).

14. RECEITA DIFERIDA

	Saldo inicial 31/12/2021	Adição	Apropriação	Transferência	Saldo final 31/12/2022
Cessão de espaço	11.256	500	(38.941)	68.210	41.025
Reequilíbrio*	14.157	413.650	(427.625)	14.119	14.301
Circulante	25.413	414.150	(466.566)	82.329	55.326
Cessão de espaço	67.191	315.411	-	(68.210)	314.392
Reequilíbrio	85.426	-	2.034	(14.119)	73.341
Não Circulante	152.617	315.411	2.034	(82.329)	387.733
Total	178.030	729.561	(464.532)	-	443.059

(*) A adição/apropriação no período refere-se principalmente ao reequilíbrio APM

	Saldo inicial 31/12/2020	Adição	Apropriação	Transferência	Saldo final 31/12/2021
Cessão de espaço	10.616	1.280	(11.163)	10.523	11.256
Reequilíbrio	10.441	793.992	(603.866)	13.590	14.157
Circulante	21.057	795.272	(815.029)	24.113	25.413
Cessão de espaço	75.080	2.634	-	(10.523)	67.191
Reequilíbrio	52.610	43.137	3.269	(13.590)	85.426
Não Circulante	127.690	45.771	3.269	(24.113)	152.617
Total	148.747	841.043	(811.760)	-	178.030

A receita diferida da Concessionária está composta por contratos com lojistas, referente à cessão de espaço, como também o impacto do reconhecimento diferido da receita com o reequilíbrio econômico financeiro.

15. OUTROS PASSIVOS

	31/12/2022	31/12/2021
Contribuição Mensal (a)	120.106	62.939
Repassse PAN/PAT (b)	84	687
Repassse ao Tesouro Nacional (c)	3	97
Total	120.193	63.723

(a) A Contribuição mensal, extinta à partir de janeiro de 2023 de acordo com a Lei nº 14.638 de 14 de junho de 2022, corresponde ao montante mensal resultante da aplicação da alíquota de 22,65% sobre a receita mensal proveniente da cobrança de Tarifas de Embarque, Pousa e Permanência, dos Preços Unificados de Permanência (domésticas e internacionais) e de Armazenagem e Capatazia, sendo a contrapartida registrada em contas a receber. Com a assinatura do 8º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão o valor da arrecadação da Contribuição Mensal será para a compensação dos investimentos do projeto APM (Vide nota explicativa nº 12). (b) O repasse PAN/PAT foi fixado em função do uso

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Referentes aos Exercícios Ffindos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Mensurados a valor justo - Ativos financeiros	31/12/2021			Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total 31/12/2022	Referência para passivos financeiros	Provável
	Nível 1	Nível 2	Nível 3							
Caixa e equivalentes de caixa	247.737	247.737	-	70.777	-	-	-	70.777	TJLP (% ao ano)	7,20%
Aplicações financeiras vinculadas	905.715	-	-	529.288	1.030.616	1.017.918	-	2.577.822	CDI (% ao ano)	13,65%
Total	1.153.452	247.737	905.715	135.041	419.727	239.857	-	794.625	IPCA (% ao ano)	5,79%
Mensurados pelo custo amortizado - Passivos financeiros	31/12/2021	Nível 1	Nível 2	Nível 3						
Empréstimos e financiamentos	2.369.559	-	2.369.559	-	2.067.927	4.953.774	3.556.496	7.765.974	(*) Desconsidera o valor do custo de captação.	
Debêntures (*)	669.951	-	669.951	-	2.803.033	6.404.117	4.814.271	7.765.974	24. TRANSAÇÃO NÃO CAIXA	
Concessão de serviço público	14.726.660	-	-	14.726.660	A Concessionária teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:					
Total	17.766.170	-	3.039.510	14.726.660	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Superior a 5 anos	31/12/2022	31/12/2021
<p>(*) Desconsidera o valor do custo de captação.</p> <p>• Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.</p> <p>• Empréstimos e financiamentos: Os valores contábeis dos empréstimos em moeda nacional, obtidos junto ao BNDES estão compatíveis com o valor de mercado de tais operações, já que as operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros não mensurados a valor justo.</p> <p>• Debêntures: As debêntures, em 31 de dezembro de 2022, apresentam valor de mercado de R\$ 513.973 (R\$ 600.954 em 31 de dezembro de 2021). Fonte: CETIP. • Concessão de serviço público: Os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas. (b) Fatores de riscos: A Concessionária mantém operações com instrumentos financeiros, onde há uma gestão de riscos de mercado e de crédito por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controles internos consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Concessionária.</p> <p>• Concentração de risco de crédito: Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Concessionária às concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em bancos, aplicações financeiras vinculadas e contas a receber. A Concessionária mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras vinculadas em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. As perdas de contas a receber foram registradas na rubrica de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa. Nota Explicativa nº 6. • Risco de liquidez: A Concessionária acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Concessionária é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A tabela a seguir resume o perfil de vencimento do passivo financeiro da Concessionária em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.</p>										

Diretoria			
Gustavo Soares Figueiredo - Diretor-Presidente	João Pedro Almeida da Rocha Pita - Diretor Comercial e Cargas	Fagner Gomes da Silva - Controller	Rodrigo Sampaio Kumasaka - Contador - CRC 1SP 250.067/O-7
Ricardo Rocha Perrone - Diretor Administrativo Financeiro, Relações com Investidores e TI	Admilson Reis da Silva - Diretor de Operações		

Conselho de Administração

Roberto Emilio Patriarca	Aldo Luiz Mendes	Denísio Augusto Liberato Delfino	Marcelo Sampaio Cunha Filho	Peterson de Souza Jesus	Julio Cezar Troiano Zogbi	Gilson Costa de Santana
---------------------------------	-------------------------	---	------------------------------------	--------------------------------	----------------------------------	--------------------------------

Parecer do Conselho Fiscal

1. O Conselho Fiscal da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A., no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada em 22 de março de 2023, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, e as respectivas Notas Explicativas, bem como a proposta de destinação dos resultados do exercício, elaborados na forma da Lei nº 6.404/76 e o correspondente Relatório dos Auditores Independentes emitido pela empresa de auditoria externa Mazars Auditores Independentes, todos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2. O exame dos referidos documentos e informações acima mencionados foi completado por análises de documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pelos Auditores Independentes e pela Administração da Concessionária.

3. Desta forma e com base nos trabalhos e nos esclarecimentos prestados pelos Auditores Independentes e no seu Relatório, emitido sem ressalvas e, ainda, nos esclarecimentos prestados pela administração da Concessionária, este Conselho Fiscal, pela unanimidade de seus membros, concluiu que os documentos acima refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Concessionária e estão em condições de serem submetidos para deliberação da Assembleia Geral Ordinária dos acionistas que os examinará.

Eduardo de Abreu e Lima - Presidente e Membro do Conselho Fiscal
Paula Kelly - Membro do Conselho Fiscal
Alan de Oliveira Lopes - Membro do Conselho Fiscal

Relatório dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.** Guarulhos - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 137.916.000 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 979.875.000 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021) e que, naquela data, o patrimônio líquido (passivo a descoberto) estava negativo em R\$ 3.035.065.000 (R\$ 2.897.149.000 em 31 de dezembro de 2021) e o passivo circulante excedia o ativo circulante em R\$ 1.593.137.000 (R\$ 1.709.681.000 em 31 de dezembro de 2021). A Administração considera o pressuposto da continuidade operacional da Companhia, pois com base nos seus estudos e projeções a situação patrimonial e financeira descritas acima é prevista no plano de negócios, que indica que a Companhia gerará recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível. Adicionalmente, além do fluxo de caixa das operações projetado para os próximos doze meses ser positivo, a Companhia possui saldos de contas vinculadas destinadas ao pagamento da Outorga; bem como conta com o suporte financeiro dos seus acionistas para fazer frente aos compromissos de caixa, especificamente relacionados às obrigações de curto prazo junto ao BNDES, contrato este vinculado às obrigações da Outorga. Em 31 de dezembro de 2022, tais questões indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre a continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e a formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. **Avaliação do valor recuperável do ativo intangível relacionado à concessão: Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria:** Conforme descrito na nota explicativa 9 - "Intangível", a Companhia possui montante significativo de ativos não financeiros relacionados à sua concessão, cujo saldo em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 12.138.646.000 (R\$ 12.749.399.000 em 31 de dezembro de 2021). Em 31 de dezembro de 2022, a situação financeira da Companhia indicava que o valor contábil desse ativo poderia exceder seu valor recuperável e, por esse motivo, a administração da Companhia realizou novo teste de avaliação do valor recuperável do ativo intangível com premissas atualizadas de 2022. Esse tema foi considerado novamente como uma área crítica e, devido aos impactos da pandemia, um assunto ainda de maior risco em nossa abordagem de auditoria durante 2022, tendo em vista que as estimativas e projeções presentes na avaliação do valor recuperável são intrinsecamente sujeitas a incertezas e diversos eventos ou fatores que estão além do controle da administração, especialmente aqueles cuja ocorrência depende de eventos futuros e incertos, que podem trazer impactos significativos na elaboração das demonstrações financeiras. **Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras:** Com o auxílio de nossos especialistas internos em avaliação econômico-financeira procedemos com os seguintes testes durante nossos procedimentos de auditoria: (i) revisamos a metodologia adotada para elaboração do estudo e avaliamos se os dados considerados no estudo eram as melhores informações disponíveis e se foram consideradas sobre as práticas de mercado observáveis (ii) revisamos e desafiamos as principais premissas utilizadas pela administração, considerando o ambiente econômico geral, incluindo os impactos causados pela pandemia nos negócios e no planejamento da Companhia, avaliamos também as expectativas dos analistas, as premissas utilizadas no estudo anterior e seu desempenho quando comparadas com o resultado efetivamente obtido com as informações históricas utilizadas; e (iii) avaliamos o risco associado com o fluxo de caixa e seu efeito relacionado à taxa de desconto, objetivando analisar a razoabilidade da taxa de desconto aplicada sobre os fluxos de caixa do modelo preparado pela Companhia, levando em conta seu cálculo matemático e a utilização de melhores premissas para cálculo da taxa. Também como parte de um dos

procedimentos aplicados, elaboramos uma análise de sensibilidade independente considerando um cenário mais conservador e comparamos com o valor recuperável obtido no estudo elaborado pela administração da Companhia, com o objetivo de avaliarmos a recuperabilidade do ativo em um cenário menos favorável. Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências obtidas que suportaram nossos procedimentos de auditoria, consideramos que a avaliação do valor recuperável, elaborada pela administração da Companhia, está adequada no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo. **Realização do imposto de renda e de contribuição social diferidos ativos: Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria:** Conforme descrito na nota explicativa 7 - "Impostos, taxas e contribuições" subitem (b), a Companhia possui na rubrica de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos o montante de R\$ 1.345.800.000 (R\$ 1.348.534.000 em 31 de dezembro de 2021), provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que foram considerados pela Companhia como recuperáveis com base em estudos realizados de projeção de geração de lucros tributáveis futuros. Esse tema foi novamente considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria de 2022, devido à subjetividade e julgamento envolvidos na elaboração da estimativa de lucro tributável futuro, que considera projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros. **Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras:** Com o auxílio de nossos especialistas internos em avaliação econômico-financeira, avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas para suportar a suficiência da projeção de lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais e bases negativas não utilizados poderiam ser utilizados, incluindo as projeções operacionais, financeiras, dados macroeconômicos, do setor e de participantes de mercado, e efetuamos análise de sensibilidade das premissas mais significativas utilizadas. Envolveram também os nossos especialistas em tributos na validação da razoabilidade da base de cálculo dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e avaliação quanto aos aspectos qualitativos e quantitativos das diferenças temporárias. Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos aceitáveis os critérios e premissas utilizados pela Companhia na avaliação do valor dos saldos do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo. **Constituição de provisão para perda esperada com crédito de liquidação duvidosa: Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria:** Conforme descrito na nota explicativa 6 - "Contas a receber", em 31 de dezembro de 2022 a Companhia, muito embora tenha apresentado um saldo médio constante de provisão comparado ao exercício anterior, esse tema foi considerado como uma área crítica e de risco em nossa abordagem de auditoria durante 2022, por ser ainda um valor significativo. Essa classificação deve-se pelo fato de que o cálculo das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa envolve julgamentos significativos sobre os critérios e premissas utilizadas, devido ao impacto direto da pandemia, que estão além do controle da administração e que podem trazer impactos significativos na elaboração das demonstrações financeiras. **Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento com responsáveis da administração sobre os principais critérios envolvidos na elaboração das premissas para cálculo da estimativa de perda esperada do contas a receber; (ii) avaliação das estimativas utilizadas pela administração em relação às perdas esperadas contabilizadas; (iii) análise da integridade das bases de cálculo utilizadas; (iv) testes em bases amostrais com o objetivo de validar o histórico de perda; (v) recálculo matemático dos índices de inadimplência; (vi) testes, em base amostral, em base amostral, das documentações que suportavam negociações realizadas com clientes; e realização de testes de avaliação de eventos subsequentes, em base amostral, (recbimentos subsequentes), ocorridos até a data de nosso relatório, para verificar se havia necessidade de complemento na provisão inicialmente constituída. Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos aceitáveis as premissas e critérios utilizados pela administração para constituição da perda esperada com crédito de liquidação duvidosa e respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado,

concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de março de 2023



Mazars Auditores Independentes
CRC 2SP023701/O-8

Cleber de Araújo
Contador CRC 1SP213655/O-8

MAIOR AEROPORTO DA AMÉRICA DO SUL



NOSSO ANO EM NÚMEROS 2022



*Não considera a Receita de Construção